



Diferenciais de rendimentos por cor e segmentação do mercado de trabalho no Brasil

Marina Mudesto Marques

Doutoranda em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: marina_marques12@hotmail.com

Laura de Carvalho Schiavon

Doutora em Economia pela PUC Rio; Professora de Economia na Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Juiz de Fora.

E-mail: laura.schiavon@ufjf.br

Débora Chaves Meireles

Doutora em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Professora de Economia no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares

E-mail: debora.meireles@ufjf.br

Resumo: Este estudo investiga os diferenciais de rendimentos por cor no Brasil urbano entre 2002 e 2015, com foco na segmentação do mercado de trabalho. Utilizando os microdados da PNAD e estimativas por MQO, os resultados mostram que trabalhadores negros e indígenas permanecem concentrados em ocupações de baixa remuneração e na informalidade, recebendo em 2015 apenas 59% do rendimento de brancos e amarelos. Mulheres chefes de família e domicílios com filhos enfrentam penalizações adicionais. Apesar da queda da informalidade ter elevado o rendimento médio, as desigualdades raciais persistem, reforçando a necessidade de políticas de equidade no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Cor, Diferenciais de Rendimentos, Segmentação do Mercado de Trabalho.

Abstract: This study examines income differentials by race in urban Brazil between 2002 and 2015, focusing on labor market segmentation. Using PNAD microdata and OLS estimates, the results show that Black and Indigenous workers remain concentrated in low-paying jobs and informal employment, earning only 59% of the income of White and Asian workers in 2015. Female heads of household and households with children face additional penalties. Although the decline in informal employment raised average income, racial inequalities persist, highlighting the need for policies that promote equity in the labor market.

Keywords: Race. Income Differentials. Segmentation of the Labor Market.

Classificação JEL: J71

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, observou-se uma elevação da renda dos estratos mais pobres da população, impulsionada tanto pelo crescimento do emprego formal quanto por políticas redistributivas. Essas transformações contribuíram para reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar social. Apesar das significativas transformações no âmbito social, como a modernização da economia, o processo de urbanização e industrialização, além do maior acesso a oportunidades educacionais e culturais, as desigualdades raciais ainda persistem, especialmente no mercado de trabalho (COBO; OLIVEIRA, 2024).

Soares, Fontoura e Pinheiro (2007) abordaram que, os negros possuem renda domiciliar per capita e níveis de escolaridade inferiores aos brancos. Por outro lado, Matijascic e Silva (2014) mostraram que, entre os anos de 2001 e 2012, houve um avanço nos rendimentos da ocupação ou da seguridade social para a população negra, mas insuficiente para eliminar as desigualdades socioeconômicas no país. Os negros encontram-se em desvantagens na hierarquia ocupacional, refletindo os efeitos do racismo e da discriminação nas condições de inserção no mercado de trabalho.

Nesse estudo, o objetivo é explorar os diferenciais de rendimento mensal do trabalho principal (RMTP) por cor e a segmentação¹ do trabalho no Brasil, no período de 2002 a 2015. Esse recorte temporal permite examinar a evolução do cenário trabalhista brasileiro, considerando as questões raciais, além de acompanhar a retração econômica ocorrida em 2014 e 2015, marcada pela perda de dinamismo no mercado de trabalho, com a redução da população ocupada e a diminuição da geração de empregos formais.

Como fonte de dados, utilizam-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2002 a 2015. Inicialmente, é explorada a distribuição dos ocupados a partir do recorte racial, das características individuais e dos postos de trabalho, bem como a evolução dos rendimentos ao longo do tempo. A seguir, aplica-se o método dos Mínimos Quadrados

¹ A segmentação do trabalho compreende os setores formal e informal, de atividades econômicas e de ocupações.

Ordinários (MQO) para verificar os determinantes dos diferenciais de rendimentos por cor e segmentação no mercado de trabalho brasileiro. Parte-se da premissa de que, além do viés estrutural da informalidade e das práticas discriminatórias de raça no mercado de trabalho, que impactam diretamente os rendimentos, a questão racial é abordada de forma transversal ao gênero, ou seja, as mulheres também são suscetíveis a enfrentarem penalizações em seus rendimentos.

A contribuição desse estudo é relevante ao analisar as dinâmicas conjunturais sobre os trabalhadores brancos e amarelos (BA) em comparação com pretos, pardos e indígenas (PPI), considerando a segmentação do mercado de trabalho, ou seja, os grupos ocupacionais e os setores de atividade econômica, além da perspectiva da informalidade. Diante disso, a análise das dinâmicas dessas mudanças conjunturais, interligadas às desigualdades raciais e à segmentação no mercado de trabalho, representa uma contribuição empírica relevante, pois permite lançar luz sobre os impactos das políticas de ações afirmativas voltadas à redução das desigualdades raciais e socioeconômicas, além de fornecer subsídios valiosos sobre o tema.

Neste estudo, os resultados mostram que trabalhadores pretos, pardos e indígenas são concentrados em ocupações informais e de baixos rendimentos do trabalho, o que se reflete em rendimentos médios significativamente inferiores aos de brancos e amarelos. Em 2015, o rendimento médio desse grupo representava apenas 59% do recebido pelos brancos e amarelos. A informalidade, caracterizada por menores rendimentos e condições trabalhistas precárias (OTOBE, 2017), contribui para perpetuar essas desigualdades. Contudo, a redução da informalidade ao longo do período analisado desempenhou um papel importante na elevação do rendimento médio do trabalho, pois a formalização tende a proporcionar melhores salários, maior proteção social e melhores condições de trabalho (CORSEUIL; REIS; BRITO, 2015). Apesar desses avanços, as desigualdades persistem, afetando não apenas a população negra e indígena, mas, também, mulheres chefes de família e domicílios que contam com mais de quatro filhos.

Além desta introdução, a estrutura do artigo parte de uma breve discussão sobre as

desigualdades de rendimentos a partir do recorte racial no cenário nacional e internacional. Na sequência, são apresentadas as considerações metodológicas, como a base de dados, a construção das variáveis e a estratégia empírica para a análise dos determinantes dos diferenciais de rendimentos por cor e segmentação no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nas formas de inserção ocupacional e setorial. Por fim, são apresentados os resultados encontrados e as considerações finais da pesquisa, enfatizando as principais contribuições e possíveis avanços sobre o tema.

2. REVISÃO DE LITERATURA

As desigualdades de rendimentos por cor podem ser associadas à segregação no emprego, à participação da população negra de forma desproporcional em ocupações de baixa remuneração e à desvalorização desses trabalhadores. Os negros enfrentam preconceitos dos empregadores, o que resulta em exclusão nos processos de contratação para posições de maior prestígio (HUFFMAN; COHEN, 2004). O processo do *gap* de rendimentos no mercado de trabalho por cor se deve a dois fenômenos: a sobrerrepresentação de negros em ocupações de baixa remuneração e a persistência de salários mais baixos mesmo quando ocupam funções equivalentes às de trabalhadores brancos (PRANDI, 2024; SILVEIRA; SIQUEIRA, 2021).

No mercado de trabalho norte-americano, observou-se o crescimento dos diferenciais de gênero e raça entre 1970 e 2010, com negros, hispânicos e indígenas mais frequentemente inseridos em ocupações de baixa qualificação e menores chances de mobilidade (BYARS-WINSTON; FOUAD; WEN, 2015). Entre 1940 e 2014, homens negros com baixos níveis de renda e em situação de desemprego foram os mais penalizados pelas forças distributivas, permanecendo sobre-representados na base da distribuição de ganhos (BAYER; CHARLES, 2018). Além disso, trabalhadores negros seguem enfrentando diferenciais salariais, sub-representação em processos de contratação e relações profissionais marcadas pela discriminação, mesmo em setores como a saúde, onde hierarquias racializadas atenuam, mas não eliminam, os impactos negativos (WINGFIELD; CHAVEZ, 2020).

No Brasil, a literatura converge ao indicar que a discriminação e segmentação no mercado de trabalho explicam parcela significativa das desigualdades de rendimentos. Barros, Franco e Mendonça (2007) observaram que, entre 1995 e 2005, o diferencial de rendimentos por cor permaneceu elevado, embora menor que o diferencial de gênero no mesmo período. Matijascic e Silva (2014) destacaram que, entre 2001 e 2012, houve avanços nos rendimentos da população preta e parda, mas insuficientes para eliminar as desigualdades socioeconômicas, que refletem os efeitos persistentes do racismo e da discriminação. Monte e Lins (2014) demonstraram que a inserção no mercado de trabalho do chefe do domicílio influencia as chances de o filho estar em segmentos formais ou informais, enquanto a educação desempenha papel crucial na mobilidade intergeracional e nos retornos salariais. Complementarmente, Silva, Faria e Teixeira (2021) mostram que a inserção ocupacional do chefe de domicílio influencia as chances de mobilidade dos filhos, evidenciando discriminação no acesso a oportunidades de trabalho.

Esses estudos demonstram que, embora avanços tenham ocorrido, as práticas discriminatórias permanecem profundamente enraizadas no mercado de trabalho e em outras esferas da sociedade. A persistência do racismo estrutural reflete o longo caminho a ser percorrido para combater as desigualdades raciais, que continuam a impactar negativamente as condições de vida e trabalho da população negra no Brasil e no mundo (ALMEIDA, 2019).

3 DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

3.1 Base de dados

A base de dados utilizada no estudo está estruturada em dados agrupados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2002 a 2015,² com informações

² A análise foi delimitada entre 2002 e 2015. No entanto, para estudos futuros e como possível extensão deste trabalho, a incorporação de anos posteriores, em especial a crise econômica de 2014-2016 e as reformas trabalhistas de 2017, pode oferecer contribuições relevantes para aprofundar a compreensão das desigualdades raciais no mercado de trabalho.

em nível individual. A finalidade da PNAD é produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por conter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas do Brasil, como cor, gênero, idade, nível educacional, rendimento mensal do trabalho principal, grupos ocupacionais e de setores de atividade econômica e condição do domicílio.

A escolha desse recorte no tempo se justifica pela oportunidade de analisar o desempenho do mercado de trabalho brasileiro em relação às questões raciais, considerando, em especial, a transição de 2014 para 2015. Esse período foi marcado pela retração econômica, que resultou na perda do dinamismo do mercado de trabalho, refletida na redução da população ocupada, na diminuição da geração de empregos formais e no crescimento da desigualdade de renda. A restrição da amostra corresponde aos indivíduos ocupados referente à situação dos domicílios no espaço urbano³, entre 15 e 65 anos de idade, totalizando 1.874.456 observações.

3.2 Descrição das variáveis

Para mensurar os determinantes dos diferenciais dos rendimentos a partir dos dados da PNAD, o estudo combina informações de três variáveis-chave: cor ou raça, segmentação no mercado de trabalho e informalidade. A análise de diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho, que evidencia a remuneração diferenciada de indivíduos com a mesma produtividade, inclui, em primeiro lugar, a variável de cor dos trabalhadores autodeclarados brancos e amarelos; e pretos, pardos e indígenas⁴. Para analisar a segmentação do mercado de trabalho foram selecionados os dez (10) grupamentos de atividade principal do

³ A concentração populacional e as desigualdades no espaço urbano exigem atenção específica em análises de emprego e renda. Fatores estruturais, como a informalidade, tendem a se manifestar de forma mais intensa nas cidades, justificando um olhar particular sobre essa realidade. Adicionalmente, a seleção de indivíduos ocupados em áreas urbanas é consistente com a literatura que investiga mercado de trabalho.

⁴ Embora as populações indígenas e amarelas não tenham sido excluídas da análise, elas possuem baixa representação amostral.

empreendimento do trabalho principal⁵; e os nove (9) grupamentos ocupacionais do trabalho principal⁶, ambos na semana de referência da pesquisa. Para a performance da informalidade no mercado de trabalho foi construída a variável binária que assume valor 1 quando correspondem aos trabalhadores que não trabalham de carteira assinada, que não são remunerados e aqueles que trabalham para o próprio consumo; e zero, caso contrário.

Também são exploradas variáveis de controle, como, educação formal que é representada por *dummies* de intervalos de anos de estudo de: 0 a 4 anos (analfabeto e ensino básico); 5 a 8 anos (ensino fundamental incompleto); 9 a 11 anos (ensino médio incompleto); 12 a 15 (ensino superior completo) ou 16 anos (pós graduação) ; além das variáveis de idade da pessoa que é mensurada em anos, mulheres na condição de chefes do domicílio e a *dummy* que identifica se o domicílio possui filhos com até 15 anos de idade.

Finalmente, as desigualdades nos rendimentos entre ocupados brancos e amarelos (BA) e pretos, pardos e indígenas (PPI) no mercado de trabalho serão verificadas com base na variável de rendimento mensal do trabalho principal (RMTP). O intuito de examinar essa variável é lançar luz sobre as disparidades e vulnerabilidades econômicas entre os grupos raciais no mercado de trabalho.

3.3 Estatísticas descritivas

Em 2002, conforme indica a Tabela 1, 57,1% da população urbana ocupada na amostra se autodeclarava branca. Já em 2015, houve um crescimento de cerca de 8,9 pontos percentuais (p.p) na proporção de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas entre os ocupados. Além disso, registrou-se uma expressiva redução na informalidade e um aumento de aproximadamente 27% nos rendimentos do trabalho no mesmo período.

⁵ agrícola; indústria; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; e outras atividades e serviços

⁶ dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores do comércio; trabalhadores agrícolas; trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção; membros das forças armadas e auxiliares; e ocupações mal definidas.

Ainda que os resultados para o mercado de trabalho brasileiro se mostraram positivos na primeira década do século XXI – queda da taxa do desemprego, a valorização do salário mínimo, a elevação dos níveis educacionais da força de trabalho e o aumento da contribuição da previdência e da formalização nos contratos de trabalho (NERI, 2015; BARBOSA FILHO; MOURA, 2015) – o abismo socioeconômico encontra-se em patamares, ainda, muito elevado. Alguns estudos (HENRIQUES, 2001; 2002; SILVA; SILVA, 2014; ALMEIDA, 2019; OSÓRIO, 2019; SOUZA, 2021) convergem ao apresentar a sobre-representação do baixo nível de renda entre a população negra.

No período analisado, observam-se mudanças significativas nos grupos ocupacionais e nos setores de atividade econômica dos trabalhadores urbanos. Em termos ocupacionais, houve uma redução na participação relativa de dirigentes, técnicos de nível médio e da produção de bens e serviços, enquanto aumentou a proporção de profissionais das ciências e artes e trabalhadores dos serviços administrativos. Nos setores econômicos, destaca-se a queda na participação do setor industrial e o crescimento na área de educação, saúde e serviços sociais, além dos serviços domésticos. Essas mudanças refletem uma possível transição estrutural no mercado de trabalho urbano no período analisado, com deslocamento para ocupações e setores mais ligados a serviços e atividades formais.

Tabela 1 - Distribuição dos ocupados residentes em áreas urbanas, segundo características individuais e dos postos de trabalho, Brasil Urbano, 2002 e 2015

Variáveis	2002	2015
	Média [Desvio-padrão]	Média [Desvio-padrão]
Branços	0,571 [0,495]	0,482 [0,500]
Trabalhadores informais	0,497 [0,500]	0,404 [0,490]
Rendimento mensal do trabalho principal	1462,005 [2.462,52]	1860,42 [2.714,07]
Grupos ocupacionais		
Dirigentes	0,061 [0,240]	0,056 [0,230]
Profissionais das ciências e das artes	0,073 [0,260]	0,113 [0,316]
Técnicos de nível médio	0,086 [0,281]	0,082 [0,274]
Trabalhadores de serv. Adm.	0,096 [0,294]	0,110 [0,313]
Trabalhadores dos serviços	0,222 [0,416]	0,221 [0,415]

p. 40 – Diferenciais de rendimentos por cor e segmentação do mercado de trabalho no Brasil

Variáveis	2002	2015
	Média [Desvio-padrão]	Média [Desvio-padrão]
Vendedores e prest. dos serv. e com.	0,11 [0,313]	0,108 [0,311]
Trabalhadores agrícolas	0,069 [0,253]	0,042 [0,200]
Trabalhadores da produção de bens e serv.	0,271 [0,444]	0,258 [0,437]
Outras ocupações	0,012 [0,109]	0,011 [0,103]
Grupos dos setores de atividade econômica		
Agrícola	0,069 [0,254]	0,043 [0,203]
Indústria	0,165 [0,371]	0,137 [0,344]
Construção	0,083 [0,277]	0,097 [0,296]
Comércio e reparação	0,203 [0,402]	0,204 [0,403]
Alojamento e Alimentação	0,043 [0,203]	0,054 [0,227]
Transporte, Armaz. e Comun.	0,056 [0,230]	0,063 [0,243]
Administração pública	0,059 [0,236]	0,060 [0,237]
Educação, Saúde e Serv. Sociais	0,107 [0,309]	0,121 [0,327]
Serviços domésticos	0,082 [0,274]	0,069 [0,254]
Outras ativ. e serviços	0,133 [0,339]	0,151 [0,359]
Educação formal		
0 a 4 anos	0,348 [0,476]	0,176 [0,381]
5 a 8 anos	0,161 [0,368]	0,121 [0,327]
9 a 11 anos	0,347 [0,476]	0,469 [0,499]
12 a 15 anos	0,136 [0,343]	0,23 [0,421]
16 anos ou mais	0,007 [0,084]	0,003 [0,051]
Chefe do domicílio do sexo feminino	0,097 [0,289]	0,151 [0,359]
Idade do chefe do domicílio	40,585 [10,772]	42,68 [11,015]
Filhos	0,028 [0,165]	0,009 [0,095]
Total de observações	137.619	135.626
Total de observações com peso amostral	61.932.935	77.715.453

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (IBGE) referente aos anos de 2002 e 2015.

Entre 2002 e 2015, observam-se avanços significativos na escolaridade da população ocupada, com um aumento nos níveis de escolaridade intermediária e superior. O percentual de mulheres chefes de domicílio também cresceu, passando de 9,7% para 15,1%, refletindo mudanças nos arranjos familiares. Além disso, outras transformações importantes ocorreram no período, como a redução na presença de crianças nos domicílios e o aumento na idade média dos chefes de domicílio. Este último pode estar associado tanto ao envelhecimento da população brasileira quanto à maior permanência de pessoas mais velhas em posições de chefia, especialmente as mulheres (IBGE, 2022).

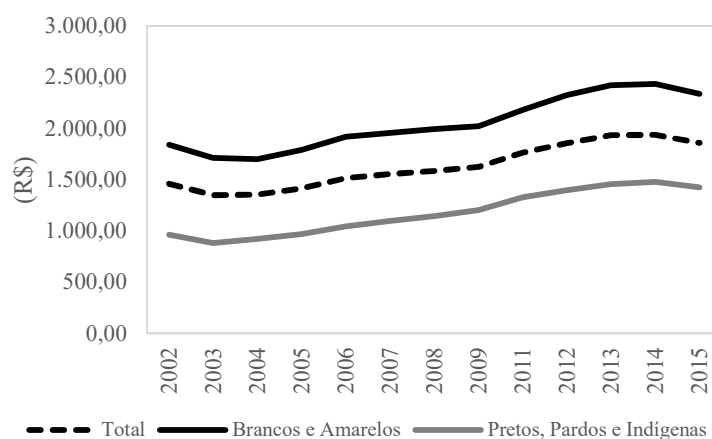
No primeiro momento, entre 2004 e 2014, os dados reportam comportamento contínuo e crescente do rendimento mensal do trabalho principal (RMTP)⁷ dos ocupados, conforme apresentado pela Figura 1. Apesar da crise financeira internacional, o desempenho do mercado de trabalho, entre 2004 e 2011, foi ocasionado, principalmente, pelo ritmo acelerado do crescimento econômico comparado às décadas anteriores (SANTOS; KREIN, 2012). O aumento do salário mínimo, do acesso à educação, do crédito e das políticas de cunho social redistributivas contribuíram para a elevação do RMTP (NERI, 2015; GÓES; KARPOWICZ, 2017). Sobre a queda, em média, do RMTP de 2014 para 2015, razões se devem ao período de contração da atividade econômica.

Os microdados da PNAD mostram, na Figura 1, que os brancos e amarelos recebem RMTP maiores do que seu grupo de cor, no período analisado. De acordo Matijascic e Silva (2014), mesmo com o aumento na renda dos pretos e pardos nos anos 2000, não foi possível eliminar as desigualdades socioeconômicas e raciais. Estas minorias étnicas e raciais – pretos, pardos e indígenas – encontram-se em desvantagens nas alocações setoriais e ocupacionais e recebem RMTP inferiores a indivíduos com idênticas características, refletindo as dinâmicas da desigualdade de oportunidades e de uma possível discriminação no mercado de trabalho brasileiro. No ano de 2015, o RMTP para a população negra e indígena era

⁷ Os dados foram deflacionados para valores de 2015 de acordo com o deflator para rendimentos da PNAD/IBGE, Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), disponibilizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA).

equivalente à 59% dos ocupados brancos e amarelos. As análises de Ulyssea (2007), Barros *et al.* (2007) e Chadarevian (2011) convergem ao apresentar que, apesar dos diferenciais de rendimentos intersetoriais declinarem acentuadamente com a integração espacial do mercado de trabalho e a redução da desigualdade, ainda permanecem as disparidades em remuneração entre trabalhadores por diferencial de cor, mas com idênticas características produtivas.

Figura 1 - Evolução do rendimento mensal do trabalho principal, Brasil Urbano

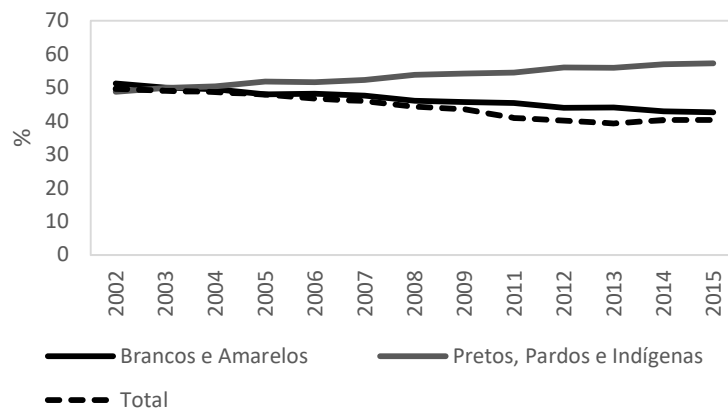


Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD do IBGE (2002 a 2015).

O cenário da informalidade no mercado de trabalho brasileiro, exposto na Figura 2, apresenta queda de 10 p.p de 2002 para 2015 para a amostra total e por cor - brancos e amarelos (BA) e pretos, pardos e indígenas (PPI) que, demonstra, aparentemente, uma melhora nas condições de trabalho, com o aumento da formalização e, em média, do RMTP para os ocupados. Entretanto, os anos de 2014 e 2015, oscilaram, em especial este último, marcado pelos impactos negativos da crise econômica. No mercado de trabalho informal, existe uma proporção mais elevada de ocupados pretos, pardos e indígenas comparado aos brancos e amarelos evidenciando a sobre-representação dos grupos em postos de trabalho de baixa qualidade. De acordo com Corseuil, Reis e Brito (2015), o setor informal tende a concentrar trabalhadores com menores níveis de escolaridade, além de uma maior proporção de jovens negros. Essa configuração reflete desigualdades estruturais que se manifestam nos rendimentos do mercado de trabalho, que são significativamente mais

baixos para os ocupados no setor informal em comparação ao setor formal. Essas disparidades têm implicações diretas no bem-estar da população, aprofundando desigualdades sociais e econômicas.

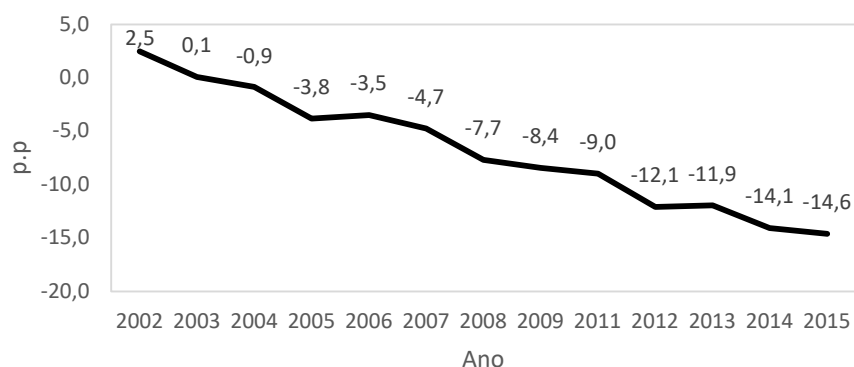
Figura 2 – Evolução dos trabalhadores ocupados no mercado de trabalho informal no Brasil Urbano



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD do IBGE (2002 a 2015).

A Figura 3 demonstra a diferença em pontos percentuais na taxa de informalidade entre grupos raciais no Brasil, comparando pretos, pardos e indígenas (PPI) a brancos e amarelos (BA). Observa-se que, a partir de 2004, a taxa de informalidade entre PPI passou a ser consistentemente maior em relação ao grupo de referência, com um aumento progressivo dessa diferença até 2015. Apesar de uma ligeira melhora na formalização desses grupos nos anos finais do período analisado, as desigualdades raciais permanecem evidentes, reforçando a influência do racismo estrutural na segmentação do mercado de trabalho entre os setores formal e informal.

Figura 3 – Diferença em p.p em informalidade entre os grupos de cor (brancos e amarelos (BA) – pretos, pardos e indígenas (PPI)) , Brasil Urbano



Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (IBGE, 2002 e 2015).

A Tabela 2 apresenta as mudanças na distribuição dos ocupados por cor nos grupos setoriais e ocupacionais entre 2002 e 2015. A participação dos pretos, pardos e indígenas (PPI) diminuiu na atividade agrícola e nos serviços domésticos, mas, nesses casos, a diferença relativa em relação a brancos e amarelos (BA) também se reduziu (de -4,3 p.p. para -2,3 p.p. na agricultura e de -4,2 p.p. para -3,5 p.p. nos serviços domésticos), sinalizando uma diminuição da lacuna racial. Por outro lado, a presença da população PPI aumentou em setores como alojamento e alimentação; educação, saúde e serviços sociais; e transporte, armazenagem e comunicação (de 5,4% para 6,4%). Ainda assim, em todos esses casos, a sub-representação relativa em comparação aos BA permaneceu, ainda que em intensidade menor.

Houve pouca mudança na sub-representação de pretos, pardos e indígenas em posições de alta hierarquia ocupacional, como dirigentes (+0,3 p.p, mas apenas 3,5% em 2015) e dos profissionais das ciências e das artes (+3,4 p.p, totalizando 7,1% em 2015). Já os brancos e amarelos aumentaram sua presença nesses grupos, especialmente entre os profissionais das ciências e das artes (15,7% em 2015).

Tabela 2– Distribuição dos ocupados segundo os grupos de setores de atividade e ocupações por cor, Brasil Urbano

Variáveis	2002			2015			
	Branco e Amarelo (BA)	Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)	BA - PPI	Branco e Amarelo (BA)	Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)	BA - PPI	
Grupos setoriais	Agrícola	5,1	9,4	-4,3	3,1	5,4	-2,3
	Indústria	17,9	14,6	3,3	15,0	12,4	2,6
	Construção	6,7	10,6	-3,9	7,3	12,0	-4,7
	Comércio e reparação	21,0	19,2	1,8	20,5	20,4	0,1
	Alojamento e alimentação	4,2	4,4	-0,2	4,9	5,9	-1,0
	Transporte, Armaz. e Comun.	5,8	5,4	0,4	6,2	6,4	-0,2
	Administração pública	6,2	5,6	0,6	6,3	5,7	0,7
	Educação, Saúde e Serv. Sociais	12,0	8,9	3,1	14,2	10,2	4,0
	Serviços domésticos	6,4	10,6	-4,2	5,1	8,6	-3,5
	Outras ativ. e serviços	14,7	11,4	3,4	17,4	13,1	4,3
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	
Grupos ocupacionais	Dirigentes	8,3	3,2	5,1	7,9	3,5	4,5
	Profissionais das ciências e das artes	10,0	3,7	6,3	15,7	7,1	8,6
	Técnicos de nível médio	9,8	7,1	2,7	9,5	7,0	2,5
	Trabalhadores de serv. Adm.	11,1	7,5	3,6	12,5	9,7	2,8
	Trabalhadores dos serviços	18,4	27,3	-8,8	17,7	26,1	-8,4
	Vendedores e prest. dos serv. e com.	11,0	11,1	-0,2	10,2	11,4	-1,1
	Trabalhadores agrícolas	5,0	9,4	-4,4	3,0	5,3	-2,3
	Trabalhadores da produção de bens e serv.	25,2	29,5	-4,3	22,5	28,9	-6,4
	Outras ocupações	1,2	1,2	0,0	1,0	1,1	-0,1
	Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (IBGE, 2002 e 2015).

Esses resultados revelam que, embora tenha havido avanços na redução da lacuna racial em alguns setores, persistem desigualdades estruturais na hierarquia ocupacional, limitando a ascensão social e a mobilidade intraocupacional da população negra no Brasil. A concentração da população PPI em atividades manuais reflete a restrição de oportunidades de inserção em ocupações mais qualificadas e de maior prestígio, reforçando as disparidades raciais no mercado de trabalho.

A Tabela 3 evidencia o aumento do RMTTP entre 2002 e 2015 para todos os grupos raciais, com variações mais expressivas para pretos, pardos e indígenas. No entanto, os trabalhadores brancos e amarelos continuam recebendo salários significativamente maiores em todos os setores e grupos ocupacionais. Setores como administração pública e educação, saúde e serviços sociais apresentam os maiores rendimentos, mas com menor participação de PPI, como visto na distribuição dos ocupados na estrutura ocupacional e de setores

p. 46 – Diferenciais de rendimentos por cor e segmentação do mercado de trabalho no Brasil

anteriormente. Em contrapartida, a população negra permanece concentrada em setores de baixa qualificação e menor RMTP, como serviços domésticos e transporte.

Tabela 3 – Rendimento mensal do trabalho principal dos ocupados segundo os grupamentos de setores de atividade e ocupações e cor, Brasil Urbano

Variáveis	2002			2015			
	Branco e Amarelos (BA)	Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)	BA - PPI	Branco e Amarelos (BA)	Pretos, Pardos e Indígenas (PPI)	BA - PPI	
Grupos setoriais	Agrícola	957,91	436,10	521,81	1.712,85	719,54	993,31
	Indústria	1.863,35	1.034,06	829,29	2.227,65	1.491,11	736,54
	Construção	1.421,98	897,86	524,12	2.074,71	1.348,54	726,17
	Comércio e reparação	1.672,46	942,84	729,62	1.886,58	1.269,28	617,30
	Alojamento e alimentação	1.234,41	731,46	502,95	1.551,35	1.106,66	444,69
	Transporte, Armaz. e Comun.	2.153,53	1.324,86	828,67	2.240,05	1.622,69	617,36
	Administração pública	2.877,44	1.808,80	1.068,64	3.927,64	2.657,68	1.269,96
	Educação, Saúde e Serv. Sociais	2.186,96	1.211,07	975,89	2.782,63	1.844,35	938,28
	Serviços domésticos	531,66	450,80	80,86	867,63	735,61	132,02
	Outras ativ. e serviços	2.463,53	1.180,71	1.282,82	2.925,80	1.598,98	1.326,82
Grupos ocupacionais	Dirigentes	4.910,15	3.132,67	1.777,48	4.936,35	3.418,04	1.518,31
	Profissionais das ciências e das artes	4.051,53	2.443,00	1.608,53	4.287,07	2.899,80	1.387,27
	Técnicos de nível médio	2.249,89	1.439,82	810,07	2.760,40	1.930,33	830,07
	Trabalhadores de serv. Adm.	1.411,30	1.103,03	308,27	1.607,18	1.326,43	280,75
	Trabalhadores dos serviços	822,15	622,09	200,06	1.165,10	954,32	210,78
	Vendedores e prest. dos serv. e com.	1.120,66	716,95	403,71	1.458,86	1.074,61	384,25
	Trabalhadores agrícolas	934,06	424,27	509,79	1.654,74	705,31	949,43
	Trabalhadores da produção de bens e serv.	1.243,12	918,34	324,78	1.652,52	1.349,16	303,36
	Outras ocupações	2.451,02	2.236,19	214,83	3.984,85	3.483,42	501,43

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (IBGE, 2002 e 2015).

As diferenças são mais acentuadas em ocupações de alta hierarquia, como dirigentes e profissionais das ciências e das artes, com diferenciais nos rendimentos entre BA e PPI de R\$1.518,31 e R\$1.387,27, respectivamente, em 2015. Esses dados reforçam que, embora tenha havido uma democratização no acesso à educação ao longo dos anos 2000 (THEODORO, 2005; FERNANDES, 2007; JACCOUD, 2008), as oportunidades de inserção da população preta, parda e indígena em ocupações qualificadas com maiores remunerações seguem limitadas.

3.4. Estratégia empírica

No terceiro momento, foram realizadas análises econométricas a partir do estimador de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Neste contexto, a variável dependente é o

logaritmo do rendimento mensal do trabalho principal.

$$\ln(y_{it}) = \beta_0 + \beta_1 \textit{branco} + \beta_2 \textit{informal} + \beta_3 \textit{ocupações} + X_{it} + \varepsilon_t \quad (1)$$

onde: y é o rendimento mensal do trabalho principal; a variável *branco* corresponde a uma *dummy* que indica valor igual a 1 se for branco e amarelo; e, valor 0, caso contrário; *informal* é uma variável binária que assume o valor igual a um (1) se o indivíduo está no setor informal da economia; e, caso contrário, corresponde ao valor igual a zero; *ocupações* denota um conjunto de variáveis *dummies* associadas aos grandes grupos ocupacionais; X_{it} denota um conjunto de variáveis de controle no nível individual, como tamanho da família, idade do chefe do domicílio, *dummies* que indicam se o chefe da família corresponde ao gênero feminino, se tem filhos no domicílio e associadas aos níveis educacionais (analfabeto, ensino médio incompleto; superior incompleto; superior completo e pós-graduação completa). Por fim, ε_t denota o termo de erro; i representa os indivíduos da amostra; e os β são os parâmetros dos coeficientes.

$$\ln(y_{it}) = \beta_0 + \beta_1 \textit{branco} + \beta_2 \textit{informal} + \beta_3 \textit{setores} + X_{it} + \varepsilon_t \quad (2)$$

onde: y é o rendimento mensal do trabalho principal. *branco* é uma variável *dummy* que indica valor igual a 1 se for branco e amarelo; e, valor 0, caso contrário; *informal* é uma variável binária que assume o valor igual a um (1) se o indivíduo está no setor informal da economia; e, caso contrário, corresponde ao valor igual a zero; *setores* denota um conjunto de variáveis *dummies* associadas aos grandes grupos dos setores de atividade econômicas; X_{it} denota um conjunto de variáveis de controle no nível individual como tamanho da família, idade do chefe do domicílio, *dummies* que indicam se o chefe da família corresponde ao sexo feminino, se tem filhos no domicílio e associadas aos níveis educacionais; e ε_t denota o termo de erro.

4 QUAIS OS DETERMINANTES DOS DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS POR COR E SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO?

A Tabela 4, indica que, estar no mercado de trabalho informal reduz o rendimento mensal do trabalho principal, estatisticamente significativo à 1%. Nos controles setoriais, a informalidade está associada a uma redução de aproximadamente 35,5% no rendimento em 2002 e 32,8% em 2015. Por outro lado, nos controles ocupacionais, a informalidade também reduz os rendimentos, mas em menor magnitude, com quedas de 29,8% em 2002 e 30,3% em 2015. Isso sugere que a segmentação ocupacional desempenha um papel relevante, mas mesmo controlando a ocupação, a informalidade continua prejudicando os

Tabela 4 – Determinantes do rendimento mensal do trabalho principal associados à informalidade e segmentação do mercado de trabalho no Brasil

Variáveis	Controles setoriais		Controles ocupacionais	
	2002	2015	2002	2015
Informal	-0,355*** (0,007)	-0,328*** (0,007)	-0,298*** (0,007)	-0,303*** (0,006)
Preto, Pardo e Indígena	-0,260*** (0,006)	-0,225*** (0,006)	-0,238*** (0,006)	-0,190*** (0,006)
Tamanho da família	0,000811** (0,000)	0,000109 (0,000)	0,000594* (0,000)	4,65E-05 (0,000)
Idade do chefe	0,0111*** (0,000)	0,00832*** (0,000)	0,00966*** (0,000)	0,00763*** (0,000)
Chefe feminino	-0,466*** (0,010)	-0,444*** (0,008)	-0,469*** (0,009)	-0,434*** (0,007)
Filho no domicílio	-0,184*** (0,019)	-0,167*** (0,032)	-0,167*** (0,019)	-0,155*** (0,031)
Educação				
Pós-Graduação	Categoria de referência			
Analfabetos	-0,248*** (0,030)	-0,158*** (0,049)	-0,221*** (0,030)	-0,145*** (0,046)
Ens. Médio Incompleto	0,00159 (0,030)	0,0276 (0,049)	0,0114 (0,030)	0,0335 (0,046)
Ens. Superior Incompleto	0,340*** (0,030)	0,221*** (0,048)	0,269*** (0,030)	0,196*** (0,045)
Ens. Superior Completo	1,271*** (0,031)	0,914*** (0,049)	0,925*** (0,032)	0,669*** (0,046)
Constante	6,967*** (0,033)	7,115*** (0,050)	7,252*** (0,036)	7,522*** (0,048)
Observações	62954	61709	62954	61709
R ²	0,459	0,411	0,496	0,455

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD/ IBGE (2002 e 2015). Nota: Erros-padrão entre parênteses. *** Significância ao nível de 1%; ** Significância ao nível de 5%; * Significância ao nível de 10%.

Foram utilizados controles de ocupações e setores de atividades nos modelos.

rendimentos. Adicionalmente, estar laborando na informalidade sinaliza a precarização nas relações de trabalho e, conseqüentemente, as incertezas em relação aos salários dos trabalhadores.

Os resultados revelam que tanto a informalidade, quanto as desigualdades de raça e gênero impactam negativamente os rendimentos do trabalho, mesmo quando controladas as características setoriais e ocupacionais. A magnitude da perda nos rendimentos do trabalho é intensificada quando os indivíduos são negros e indígenas. As mulheres que são chefes do domicílio também sofrem penalizações nos rendimentos do trabalho. Ademais, a presença de quatro filhos ou mais no domicílio reduz os rendimentos em ambos os modelos. Nos controles setoriais, a redução é de 18,4% em 2002 e 16,7% em 2015. Com controles ocupacionais, os coeficientes permanecem próximos, com quedas de 16,7% em 2002 e 15,5% em 2015. Isso sugere que a presença de filhos impacta negativamente a oferta de trabalho ou produtividade do chefe do domicílio, independentemente da ocupação desempenhada.

Em relação ao tamanho da família, os resultados indicam pequenas implicações, com coeficientes próximos de zero em ambos os anos. Por outro lado, a idade do chefe do domicílio apresentou, nos controles setoriais, que cada ano adicional de idade está associado a uma mudança de 1,1% em 2002 e 0,8% em 2015. Já nos controles ocupacionais, os resultados são semelhantes, com aumentos próximos de 1% em ambos os anos. Isso reflete o acúmulo de experiência no mercado de trabalho, embora o retorno diminua ligeiramente ao longo do tempo.

Por fim, observa-se que, quanto mais escolarizado for o trabalhador, maiores serão os seus rendimentos, o que indica que a educação continua sendo um fator determinante para o aumento dos rendimentos do trabalho, apesar da redução dos retornos educacionais ao longo do tempo. Por exemplo, no modelo com controles setoriais, indivíduos com ensino superior completo possuem rendimentos 127% maiores em 2002 e 91,4% maiores em 2015, enquanto os analfabetos apresentam reduções de 24,8% em 2002 e 15,8% em 2015. Já no

modelo com controles ocupacionais, os resultados seguem a mesma tendência, porém com magnitudes ligeiramente menores: os indivíduos com ensino superior completo têm aumentos de 92,5% em 2002 e 66,9% em 2015, e os analfabetos registram quedas de 22,1% em 2002 e 14,5% em 2015. Esses achados corroboram os estudos de Gusso (2012) e Garcias e Ksssouf (2022) que mostram que durante a década de 2010, cresceu a presença de grupos mais escolarizados no mercado de trabalho. Contudo, persiste um desalinhamento entre os níveis de escolaridade formal adquiridos, as habilidades dos trabalhadores e as exigências dos postos de trabalho, evidenciando discrepâncias nas qualificações e nas aspirações educacionais e ocupacionais.

Portanto, os resultados reportam que cor, informalidade, setores e ocupações importam significativamente para explicar a probabilidade de indivíduos terem baixo nível de rendimento mensal do trabalho principal. Isso sugere um crescimento no número de indivíduos com nível baixo de renda no Brasil Urbano e, conseqüentemente, associado às desigualdades sociais, como, a de renda. E se for caminhando para outras áreas, pode-se sugerir que, talvez esse crescimento pode estar associado ao caso da insegurança alimentar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou avanços em termos de redução da desigualdade de renda, impulsionados pelo aumento do rendimento do trabalho e pela queda da informalidade. No entanto, as desigualdades raciais persistem como barreiras significativas no mercado de trabalho, afetando de forma desproporcional os trabalhadores pretos, pardos e indígenas. Este estudo teve como objetivo investigar os diferenciais dos rendimentos por cor e a segmentação no mercado de trabalho entre os anos de 2002 e 2015, utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o método do Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Os resultados destacam que a informalidade é um elemento central na reprodução das desigualdades de renda no Brasil, especialmente entre os grupos raciais menos favorecidos. Trabalhadores pretos, pardos e indígenas estão concentrados em ocupações e

setores de baixa remuneração, além de enfrentarem maiores dificuldades de inserção no mercado formal. Essa dinâmica é diretamente relacionada ao rendimento do trabalho, já que ocupações informais tendem a oferecer salários mais baixos e condições precárias (OTOBE, 2017). Nesse contexto, a redução da informalidade pode contribuir para o aumento do rendimento mensal do trabalho principal (RMTP), uma vez que a transição para ocupações formais, em geral, está associada a melhores remunerações, maior proteção social e melhores condições trabalhistas (CORSEUIL; REIS; BRITO, 2015). Assim, a queda na informalidade observada no período analisado pode ser um dos fatores explicativos para a elevação do rendimento médio do trabalho.

Mesmo com o aumento dos níveis educacionais ao longo do período analisado, a educação não foi suficiente para mitigar completamente a discriminação racial, refletida nos diferenciais de rendimentos. Em 2015, por exemplo, os trabalhadores pretos, pardos e indígenas recebiam, em média, apenas 59% do RMTP dos brancos e amarelos.

A análise também evidenciou que mulheres chefes de família, enfrentam penalizações adicionais em seus rendimentos do trabalho. A presença de filhos no domicílio e a dupla jornada de trabalho também contribuem para reduzir os rendimentos dessas mulheres, agravando sua vulnerabilidade econômica e social. Além disso, foi constatado que os domicílios com quatro ou mais filhos apresentam maior propensão a terem menores rendimentos, reforçando as limitações impostas pela estrutura socioeconômica.

Os achados deste estudo revelam que as segmentações setorial e ocupacional desempenham um papel crucial na explicação das desigualdades de rendimentos. Grupos ocupacionais e setores de atividade com maiores remunerações continuam a ser majoritariamente ocupados por brancos e amarelos, enquanto a população negra e indígena permanece sobre-representada em atividades manuais e informais. Essa configuração limita a mobilidade social e reforça as desigualdades estruturais.

Esses resultados são consistentes com a literatura existente (PAGER; WESTERN; BONIKOWSKI, 2009; BAYER; CHARLES, 2018; DIX-CARNEIRO; KOVAK, 2015; SILVEIRA; SIQUEIRA, 2021; FRANÇA; NASCIMENTO, 2023), que aponta para a influência do racismo

estrutural e das práticas discriminatórias nas condições de trabalho e rendimentos dos trabalhadores negros. Ademais, a relação entre informalidade e indicadores macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o desemprego, reforça a necessidade de uma abordagem integrada para reduzir essas desigualdades.

Como extensão desta pesquisa, sugere-se a inclusão de análises mais recentes, considerando os impactos de crises econômicas posteriores a 2015 e as constantes transformações no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, futuras pesquisas podem avançar no aprofundamento da interseccionalidade entre gênero, cor e condições familiares. O conceito, formulado por feministas negras e sistematizado por Kimberlé Crenshaw, não se restringe à sobreposição de desigualdades, mas busca revelar como sistemas de poder se entrelaçam e produzem posições sociais específicas. Ao adotar esse referencial, é possível compreender de maneira mais precisa as múltiplas dimensões da vulnerabilidade no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, fundamentar a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as desigualdades estruturais de forma integrada.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- BARBOSA FILHO, F. de H.; MOURA, R. L. Evolução recente da informalidade do emprego no Brasil: uma análise segundo as características da oferta de trabalho e o setor. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 45, n. 1. p. 101-123, abr. 2015.
- BARROS, R. P.; FRANCO, S; MENDONÇA, R. **Discriminação e Segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para discussão nº 1288).
- BAYER, P.; CHARLES, K. K. Divergent Paths: A New Perspective on Earnings Differences Between Black and White Men Since 1940. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 133, n.3, p. 1459–1501, aug. 2018.
- BERGMANN, B. R. Occupational Segregation, Wages and Profits When Employers Discriminate by Race or Sex. **Eastern Economic Journal**, United Kingdom,, v. 1, n. 2, p. 103-110, apr. 1974.
- BYARS-WINSTON, A. FOUAD, N., WEN, Y.. Race/ethnicity and sex in U.S. occupations, 1970–2010: Implications for research, practice, and policy. **Journal of Vocational Behavior**, Elsevier, v. 87, ,n.1, p. 54-70, apr. 2015.
- CHADAREVIAN, P. Para medir as desigualdades raciais no mercado de trabalho. **Revista de**

- Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 283-304, abr./jun., 2011.
- COBO, B., OLIVEIRA, B. M. M. de. Desigualdades no mercado de trabalho brasileiro: uma proposta de conceituação e mensuração do trabalho precário sob a lupa da interseccionalidade. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 41, e0260, 2024.
- CORSEUIL, C. H.; REIS, M. C.; BRITO, A. S. Critérios de classificação para ocupação informal: consequências para a caracterização do setor informal e para a análise de bem-estar no Brasil. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v.45, n.1, p. 5-31, jan./mar., 2015.
- DIX-CARNEIRO, R.; KOVAK, B. Trade Liberalization and the Skill Premium: A Local Labor Markets Approach. *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 105, n. 5, p. 551-557, may, 2015.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: 1ª Edição Digital, 2013.
- FRANÇA, M; NASCIMENTO, F. Desigualdade racial na renda brasileira (1982-2021). In: FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson (org.). *Números da discriminação racial: desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jandaíra, 2023.
- GARCIAS; M. D.; KASSOUF, A. L. Efeito da qualificação adequada sobre a satisfação profissional dos jovens brasileiros. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 2 (75), p. 439-457, 2022.
- Gomes, C. E; LIMA, R. L. CUNHA, M. S. da.; VASCONCELOS, M. R. Transições no mercado de trabalho brasileiro e os efeitos imediatos da crise econômica dos anos 2010. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 481-511, maio-agosto, 2019.
- GUSSO, D. A. Níveis e Estruturas de Emprego no Brasil: algumas pistas para uma agenda de pesquisa. Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea), Radar: tecnologia, produção e comércio exterior, Brasília, n. 23, p.67-78, 2012.
- HENRIQUES, R. Raça Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação. Brasília: UNESCO, 2002.
- HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Brasília/ Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para discussão nº 807).
- HUFFMAN, M. L.; COHEN, P. N. Racial Wage Inequality: Job Segregation and Devaluation across U.S. Labor Markets. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 109, n. 4, p. 902–936. 2004.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, Diretoria de Estudos Sociais, 2008.
- JACCORD, L. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. *In: Racismo e República: O debate sobre branqueamento e a discriminação racial no Brasil*. Brasília: IPEA, p. 45-64, 2008.
- MATIJASCIC, M., SILVA, T. D. **Situação Social da população negra por estado**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília: IPEA, 2014.
- MONTE, P. A.; LINS, J. G. M. G. Determinantes da Formalidade Ocupacional Segundo a Abordagem da Segmentação do Mercado de Trabalho. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 40, n.3, p. 91-111, 2014.
- NERI, M. C.; SOUZA, P. H. C. F. A Década Inclusiva (2001-2011): **Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2015 (Comunicado nº 155).

NUNES, J. H.; SANTOS, N. J. de V. e S. A desigualdade no “topo”: empregadores negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 87-109, 2016.

OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2019 (Texto para discussão nº. 2487).

OTOBE, N. Gender and the informal economy: Key challenges and policy response. EMPLOYMENT Working Paper Nº. 236. Employment Policy Department, ILO. 2017.

PAGER, D; WESTERN, B.; BONIKOWSKI, B. 2009. "Discrimination in a Low Wage Labor Market: A Field Experiment." *American Sociological Review*, vol. 74, p.777-799, 2009.

SANTOS, A. L.; KREIN, J. D. A Formalização do trabalho: crescimento econômico e efeitos da política laboral no Brasil. *Nueva Sociedad*, México, v. especial, p. 60-73, jun. 2012.

SILVA, L.A.; FARIA, A. C. L; TEIXEIRA, E.C. Desigualdade racial no mercado de trabalho formal brasileiro. *Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas*, Campos dos Goytacazes, v. 11, n. 30, p. 51-67, abr. 2021.

SILVA, T. D; SILVA, J. M. **Reserva de vagas para negros em concursos públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2014 (Nota Técnica nº. 17).

Silveira, L. S., Siqueira, N. L. Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 38, e0151, p. 1-22, 2021.

SOARES, S. S. D., FONTOURA, N. D. O.; PINHEIRO, L. Tendências Recentes na Escolaridade e no Rendimento de Negros e de Brancos. In: **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, p. 401-415. 2007.

SOUZA, P. H. G. F. **A Pandemia de Covid-19 e a Desigualdade Racial de Renda**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2021 (Boletim de Análise Político-Institucional nº. 26).

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, p. 91-126. 2005.

ULYSSEA, G. **Segmentação no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Rendimentos no Brasil: uma análise empírica**. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2007 (Texto para discussão nº 1261).

WINGFIELD AH.; CHAVEZ K. Getting In, Getting Hired, Getting Sideways Looks: Organizational Hierarchy and Perceptions of Racial Discrimination. *American Sociological Review*, United States, v.85, n.1, p.31-57, jan. 2020.